

ESTUDOS NIETZSCHE

VOL. 15 – N. 02 ISSN 2179 – 3441

Nietzsche como filósofo do cultivo seletivo racializado*

*Nietzsche as a Philosopher of Racialized Breeding***

Robert Bernasconi

Professor de Filosofia e Estudos Afro-americanos na Penn State University, Pensilvânia, Estados Unidos. Contato: rlb43@psu.edu

Resumo: Os nazistas ofereceram uma leitura distorcida de Nietzsche ao assimilar suas ideias raciais às suas próprias, mas a leitura dominante de Nietzsche hoje é igualmente falsa na medida em que minimiza o aspecto racial de sua filosofia. A tendência de seus apologistas tem sido focar em seu anti-antisemitismo, mas os principais problemas surgem de seu endosso à escravidão racializada e, especialmente, ao cultivo seletivo¹ racializado ou eugenia. As ideias de Nietzsche

* Tradução de Daniel F. Carvalho (CEFET/MG). Revisão técnica de Rogério Lopes (Departamento de Filosofia/UFGM).

** Esse artigo foi originalmente publicado sob o título “Nietzsche as a Philosopher of Racialized Breeding”, in: ZACK, Naomi (Ed.) *The Oxford handbook of philosophy and race*. New York: Oxford University Press, pp.54-64, 2017. Nossos mais sinceros agradecimentos ao professor Robert Bernasconi, por ter muito gentilmente se disposto a colaborar com o presente dossiê e por ter mediado as tratativas para a obtenção dos direitos de publicação desta tradução para o português, que conferiu particular celeridade ao processo. Agradecemos também à Oxford University Press pela cessão de direitos para a presente tradução (Nota do editor convidado).

¹ O termo inglês *breeding*, que possui comumente o significado de criação ou reprodução (no sentido agrário de criação e reprodução de animais) e cultivo (no sentido botânico de cultivo, seleção, melhoramento de plantas), utilizado por Bernasconi para verter o alemão *Züchtung*, foi traduzido pela expressão “cultivo seletivo”. Adotou-se o termo “cultivo” para as ocorrências no texto do autor que fazem referência às traduções em língua inglesa que vertem o termo alemão por *cultivation* e que são objeto de crítica por parte de Bernasconi. De difícil tradução, o termo *Züchtung* significa criação, cultivo, cultura, no sentido agrário de criação de animais, botânico de cultivo de espécies de plantas, biológico de cultura e seleção de células e tecidos. *Zucht* significa comumente disciplina, criação (em sentido agrário) e cultura (em sentido botânico), enquanto *züchten* significa criar (em sentido agrário) e cultivar (nos sentidos biológico e botânico). *Zuchthaus* é uma casa de correção, penitenciária, enquanto *züchtigen* significa açoitar, castigar e *Züchtigung* significa castigo, de tal modo que seu campo semântico indica sentidos ligados a processos jurídicos e de educação, cultivo, disciplina, “melhoramento” do indivíduo. No Brasil, no contexto das obras publicadas, o termo *Züchtung* é vertido por Rubens Rodrigues Torres Filho como *aprimoramento* na edição das *Obras incompletas de Nietzsche* (São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999) (BM 203 e CI VII 2). Paulo César de Souza opta por traduzir o termo por *cultivo* em *Além do bem e do mal* (São Paulo: Companhia das Letras, 2005) (BM 62, 188, 203, 242, 251, 262) e *Crepúsculo dos Ídolos* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006) (CI VII 2, 3, 4 e 5) e por *criação* em *A gaia ciência* (São Paulo: Companhia das Letras, 2006) (GC, 361). [Nota do Tradutor]

sobre raça não eram especialmente originais, ao contrário do que dizem alguns comentadores; elas estavam muito enraizadas e eram informadas pelos teóricos raciais de sua época. Pelo menos um desses teóricos, Otto Ammon, o elogia explicitamente por ter reconhecido a importância da raça para a cultura. Quando Nietzsche advoga o cultivo seletivo de uma raça mais forte, ele não tem em mente um programa circunscrito ao cultivo ou à educação, mas a defesa de uma forma de seleção artificial.

Palavras-chave: Nietzsche, raça, escravidão racializada, cultivo seletivo, eugenia, seleção artificial

Abstract: The Nazis offered a distorted reading of Nietzsche by assimilating his racial ideas to their own, but the dominant reading of Nietzsche today is equally false in so far as it minimizes the racial aspect of his philosophy. The tendency of his apologists has been to focus on his anti-Semitism, but the main problems arise from his endorsement of both racialized slavery and especially racialized breeding or eugenics. Nietzsche's ideas of race were not especially original, contrary to some commentators; they were very much rooted in and informed by the racial theorists of his time, at least one of whom, Otto Ammon, praised him for recognizing the significance of race for culture. When Nietzsche advocated the breeding of a stronger race, he did not have in mind a program that stopped with cultivation or education; he was advocating artificial selection.

Keywords: Nietzsche, Race, Racialized Slavery, Breeding, Eugenics, Artificial Selection.

Após a Segunda Guerra Mundial foi introduzida uma nova leitura de Nietzsche que não tentava eximi-lo totalmente do racismo, mas que procurava, contudo, marginalizar suas discussões sobre raça e eugenia. Os comentadores alegavam que o que ele dizia sobre raça tinha o objetivo de abalar o consenso dominante entre os seus contemporâneos, ao invés de estabelecer uma visão própria. Com base em suas fontes e no trabalho de historiadores da ciência, questiono algumas dessas tentativas. É verdade que Nietzsche era, em comparação com muitos de seus contemporâneos, amplamente favorável aos judeus, mas seu racismo contra os negros, incluindo sua defesa do colonialismo e da escravidão, não recebeu a atenção que merece.

Nietzsche foi um importante teórico da raça, ainda que não o tenha sido na mesma linha de Kant ou de Arthur de Gobineau. Ao contrário de Kant, ele não apresentou uma nova definição de raça e, ao contrário de Gobineau, suas observações sobre raça não constituem uma filosofia abrangente da história. No entanto, a importância de Nietzsche como filósofo da eugenia foi amplamente compreendida na primeira metade do século XX e, durante esse período, travou-se uma luta intelectual sobre quem poderia reivindicar o seu legado. Antes da Primeira Guerra Mundial ele era amplamente admirado pelos intelectuais de esquerda, apesar de seus ataques ao socialismo (STONE, 2002), e, como é de conhecimento geral, alguns nazistas recorreram a ele para conferir autoridade às suas visões raciais (ASCHHEIM, 1992; GALINDO, 1995). Em 1933 a palavra "racismo" ainda não estava estabelecida na língua inglesa, mas era reconhecida em francês, e já circulava a acusação de que o pensamento de Nietzsche "forneceu ao racismo uma ideologia fundamentalmente original" (MISSAC, 1933, p. 43). A defesa de Nietzsche costuma ser feita através do distanciamento de suas ideias apenas em relação às ideias nazistas de racismo, uma estratégia empregada por Georges Bataille já em 1937 (BATAILLE, 1992, p. 171). Neste

ensaio, assumo uma visão mais ampla e concluo que embora as visões raciais de Nietzsche – para o bem ou para o mal – não fossem tão originais como às vezes se afirma, sua obra é significativamente comprometida por um racismo profundamente arraigado, que muitos filósofos que se dedicam a estudá-lo optaram por ignorar ou descartar como sem importância. Walter Kaufmann, que após a Segunda Guerra Mundial liderou o renascimento de Nietzsche no mundo anglófono e que fez o máximo que pôde para livrar seus escritos das distorções que sofreram pelos pensadores nazistas, entendia, de uma forma que muitos comentadores mais recentes se recusam a fazer, que “toda essa questão é de grande importância” (KAUFMANN, 1950, p. 249).

Primeiro me concentrarei no conceito nietzschiano de raça, em seguida, abordo a concepção de cultivo seletivo ou eugenia presente em seu pensamento maduro, que é onde acredito residir o maior problema. Por fim, abordo seus comentários profundamente perturbadores sobre a escravidão.

O conceito nietzschiano de raça

A falta de familiaridade com a história do pensamento racial compromete muitas das intervenções dos filósofos no que tange à história do racismo, mas essa limitação é particularmente acentuada entre os defensores de Nietzsche. A sugestão de que “o uso prescritivo do termo ‘raça’ por Nietzsche inverte de maneira ousada o senso comum da época” (CONWAY, 2002, p. 169), assim como a afirmação de que suas descrições “vão de encontro à visão predominante” (WINCHESTER, 2005, p. 255) precisam ser modificadas à luz de um conhecimento mais aprofundado da ampla variedade de ideias raciais do século XIX. Sarah Kofman descarta este tópico com uma velocidade surpreendente: “Embora Nietzsche use várias vezes o termo ‘raça’ (raça semítica, raça indo-europeia, limitação ‘racial’), ele não o faz em um sentido ‘racista’. A abordagem de Nietzsche seria impossível se ‘raça’ tivesse um significado biológico para ele” (KOFMAN, 2007-2008, p. 29). Essa ideia de que uma concepção estritamente biológica de raça seja um pré-requisito para o racismo não reconhece que o racismo na forma de preconceito contra um grupo de pessoas por causa de características atribuídas a elas também é igualmente possível com base em uma concepção “espiritual” de raça, um tipo de concepção que alguns comentadores atribuem a Nietzsche, pensando de forma equivocada que isso seja obviamente preferível. De fato, o significado primordial de “raça” no século XIX era histórico e, portanto, menos propenso ao tipo de essencialismo racial que surgiu com a ascensão do reducionismo biológico (BERNASCONI, 2010, p. 517). No entanto, esse entendimento histórico de raça era tanto difundido quanto pernicioso, e é preciso ter cuidado ao supor que pelo simples fato de Nietzsche ter evitado um conceito biologicamente essencialista de raça ele tenha se distanciado de seus contemporâneos (SCHOTTEN, 2009, p. 53).

É verdade que o entendimento dominante de raça encontrado na Alemanha nazista no final da década de 1930 era muito diferente da concepção formulada por Nietzsche mais de cinquenta anos antes, mas a avaliação do racismo de Nietzsche ficou ainda mais prejudicada em razão das tentativas de analisar a sua discussão pelas lentes da Declaração da UNESCO de 1950 sobre

Raça, especialmente por sua dependência em relação à distinção entre natureza e cultura na qual a raça era atribuída exclusivamente à natureza (UNESCO, 1971, p. 30–35). A ideia era a de que se abandonássemos o sentido exclusivamente biológico do termo “raça” ficaríamos livres do racismo. Era uma abordagem concebida a partir do consenso contra os nazistas, mas que deixava praticamente intocadas outras formas de racismo, incluindo o racismo cultural, a segregação e várias formas de colonialismo. Os comentadores de Nietzsche às vezes adotam uma abordagem semelhante. Ao examinar os mais de 200 usos da palavra “raça” nas obras publicadas e não publicadas de Nietzsche, Gerd Schank argumenta, com alguma justificativa, que Nietzsche quase nunca usou o termo no que ele denomina, de forma vaga, seu sentido “moderno” (SCHANK, 2000, pp. 29, 426). Baseando-se na pesquisa de Schank, Paul van Tongeren defende de forma semelhante que, como Nietzsche quase nunca usou as palavras “raça” e “cultivo seletivo” “em seu significado ‘moderno’, que está relacionado a um racismo repreensível”, ele não poderia ser acusado de adotar “posições racistas” (VAN TONGEREN, 2003, p. 207). O fato de os escritos de Nietzsche sobre raça não estarem em conformidade com o modelo de racismo nazista não significa, no entanto, que eles estejam livres de outras formas de racismo: há muitas formas diferentes de racismo, mesmo no interior do nacional-socialismo, mas o modelo de racismo empregado pelos estudiosos que tentam eximir Nietzsche tende a ser especialmente restrito e, na prática, também poderia ser empregado para isentar alguns nazistas, inclusive Heidegger.

Não se pode atribuir nenhum significado especial ao fato de Nietzsche não usar o termo “raça” em um sentido único e claramente definido. Não fazer isso era bastante comum em sua época. No entanto, pode-se dizer que raça era para ele fundamentalmente uma questão de hereditariedade (*Vererbung*) (BM 264), mesmo que ele atribuísse um papel ao ambiente (*Umgebung*) na formação do caráter racial (FP 1884, 25[462]). Isso estava de acordo com a crença lamarckiana, difundida entre seus contemporâneos, na herança de caracteres adquiridos (LAMARCK, 1984, p. 113) e, nessa mesma linha, Nietzsche insiste que “nenhuma reflexão é tão importante quanto a que diz respeito à herança de características” (FP 1876, 17[28]). As características aqui eram entendidas não apenas como físicas, mas também abrangiam valores, que tinham uma dimensão fisiológica para ele. Não apenas as características corporais, mas também os costumes e valores são herdados (A 272). Embora Nietzsche admita que a educação e a formação possam ser bem-sucedidas no sentido de criar uma ilusão em torno de nossa ascendência, ele situa o problema da raça no fato de que “não é de modo algum possível que um ser humano não tenha em seu corpo as qualidades e preferências de seus pais e ancestrais” (BM 264). No final de 1885 ou início de 1886, ele reafirma: “As valorações são inatas [*angeboren*], apesar de Locke! herdadas [*angeerbt*]” (FP 1885–1886, 1[21]).

Uma boa amostra do interesse seletivo de Nietzsche pela ciência racial do período é indicada por uma passagem frequentemente citada de *Genealogia da Moral*, na qual Nietzsche distingue uma raça loira de alemães daqueles alemães de cabelos negros, crânio curto e de pele escura (GM I 5; SCHANK, 2004). Embora a edição crítica das obras de Nietzsche, sob a direção de Giorgio Colli e Mazzino Montinari, não consiga identificar a sua fonte (Ver NIETZSCHE, 1980, vol. 14, p.

378), ele estava claramente se referindo ao *Gesamtbericht über die von der deutschen anthropologischen Gesellschaft veranlassten Erhebungen über die Farbe [sic!] der Haut, der Haare und der Augen der Schulkinder in Deutschland* (Relatório geral das pesquisas organizadas pela Sociedade Antropológica Alemã sobre as cores da pele, cabelo e olhos de crianças em idade escolar na Alemanha) (VIRCHOW, 2009, p. 276-475), de Rudolf Virchow. Essa pesquisa sobre a cor da pele, do cabelo e dos olhos de mais de 6 milhões de crianças alemãs em idade escolar, acompanhada de gráficos, foi um esforço para identificar os vários tipos raciais que poderiam ser encontrados entre o povo alemão, muito embora ainda hoje se discuta exatamente o que os dados coletados mostram e como o próprio Virchow os interpretava (ZIMMERMAN, 2001, p. 135-146). Nietzsche estava acompanhando os termos da pesquisa em suas linhas gerais.

Nietzsche foi corretamente criticado por um contemporâneo seu, o antropólogo alemão Otto Ammon, por usar de forma indevida os dados de Virchow com o objetivo de definir uma raça de senhores e uma raça subjugada. Apesar disso, Ammon elogia Nietzsche por ter reconhecido a importância da raça para a cultura, um termo que estava começando a ganhar maior destaque nos estudos antropológicos, ao mesmo tempo em que considera que suas análises eram prejudicadas por se fiar na filologia em detrimento da antropologia (AMMON, 1895, p. 173-174). Desse modo, Ammon via a discussão de Nietzsche como um indicativo de sua incapacidade para compreender as complexidades da ciência antropológica, especialmente pelo fato de subordinar tal literatura ao seu propósito de estabelecer uma nova hierarquia, ao mesmo tempo em que apreciava o fato de ele ter compreendido o ponto fundamental que ligava as culturas às raças.

Nietzsche não partilhava do dogma moderno de uma dicotomia entre natureza e cultura, com a raça do lado da natureza. Essa abordagem ainda não estava em vigor. Ele acreditava que as raças não eram dadas, mas criadas, e que as nações na Europa eram mais uma *res facta* do que uma *res nata* (BM 251). É somente nesse sentido que Schank pode afirmar que Nietzsche entendia a raça como “um produto cultural” (SCHANK, 2000, p. 86), em um sentido que não divorcia “cultura” de “natureza”. Já no início do século XIX, Jean-Baptiste Lamarck argumentava que a hibridização entre espécies levava, com o tempo, à formação de novas raças, e ele não excluía a humanidade desse processo (LAMARCK, 1984, pp. 39, 169-171). Deste modo, quando Houston Stewart Chamberlain explicava que “a raça não é um fenômeno originário, ela é produzida”, ele estava apenas resumindo uma crença generalizada do século XIX, que também se evidencia na narrativa histórica de Gobineau sobre o funcionamento da miscigenação para a criação de novas raças (CHAMBERLAIN, 1899, p. 343; GOBINEAU, 1983, p. 260). A ideia era a de que as raças também seriam moldadas pela cultura na medida em que surgiam em conjunto com as forças naturais, incluindo o meio ambiente, como resultado de conquistas, migrações, práticas sociais e tabus.

A concepção nietzschiana de cultivo seletivo ou eugenia

Nietzsche não estava comprometido com o tipo de *biopolítica* racial que levou alguns de seus contemporâneos a querer proibir completamente certas formas de miscigenação, mas estava comprometido com uma forma de biopolítica no sentido de defender o controle das práticas de cultivo seletivo, para o bem da sociedade como um todo. Ele acreditava que a mistura democrática de raças e classes era responsável pela queda da Europa em um estado de semibarbárie (BM 224). Da mesma forma, acreditava que se as raças cruzadas fossem muito diferentes, o resultado seria “um sentimento fisiológico de inibição” (GM III 17). O mesmo tipo de preconceito se manifestava quando ele repetia a visão generalizada segundo a qual quando raças que há muito tempo estavam separadas se misturavam os híbridos resultantes seriam não apenas fisiologicamente fracos, mas também estariam psicologicamente em guerra consigo mesmos (BM 200). Sua tese de que os alemães eram “a mais monstruosa mistura e mescla de raças” (BM 244) era um mero reflexo do que ele havia lido em Virchow. Como apontou um estudo recente, “a diversidade racial e a integração progressiva de diversos povos eram frequentemente apresentadas como características das nações do século XIX, não apenas como problemas ou curiosidades de estudiosos da questão racial” (MANIAS, 2009, p. 737).

Para os nossos ouvidos, a ideia de Nietzsche de que “é muito provável que não existam raças puras, mas apenas raças que se tornaram puras” (A 272) pode parecer transgressora, mas não era. A sua esperança em uma “raça e cultura europeia puras” estava baseada no modelo dos gregos como “uma raça e cultura que se tornou pura” após ter sido formada a partir de várias origens diferentes (A 272). Nietzsche adotou essa visão somente após consultar uma série de autoridades do seu tempo (CANKIK, 1997, p. 55-58). A mesma ideia estava por trás das esperanças de Nietzsche de que os europeus acabariam por constituir uma super raça, um além-da-raça (*Über-Rasse*) (FP 1884, 25[462]), embora “as raças indolentes e preguiçosas” da Europa representassem um obstáculo a essa visão (BM 241). O fato de que as novas raças seriam formadas pela miscigenação não contradizia o valor que ele atribuía à pureza racial. Essa também era uma visão muito difundida na época. Quando Nietzsche sugere que as nações europeias ainda não eram raças no sentido em que os judeus eram uma raça, ou seja, “a raça mais forte, mais tenaz e mais pura” (BM 251), ele estava reproduzindo uma visão expressa repetidas vezes, por exemplo, por Benjamin Disraeli, o primeiro-ministro britânico – embora para Disraeli os judeus ainda fossem um ramo da raça caucasiana.

Nietzsche certamente era capaz de praticar o antissemitismo vulgar, como quando se queixou de que os judeus poloneses não cheiravam bem (AC 46). No entanto, ele era contra tratar os judeus como “bodes expiatórios para todos os possíveis infortúnios públicos e privados”, argumentando que “tão logo não se trate mais de conservar as nações, mas de gerar a mais forte mistura racial europeia possível, o judeu é um ingrediente tão utilizável e desejável quanto os remanescentes de qualquer outra nação” (HH I 475). É nesse contexto, o contexto do seu compromisso com o cultivo seletivo de uma nova raça de europeus, que a sua rejeição ao crescente antissemitismo biopolítico de alguns

de seus contemporâneos fica mais clara. Isso o coloca em nítida oposição a Theodor Fritsch (Thomas Frey), que incluiu em versões tardias do seu *Antisemiten-Katechismus* [*Catecismo antisemita*] os “Dez mandamentos alemães de legítima defesa”, em que o terceiro rezava: “Você deve manter seu sangue puro. Considere um crime sujar a nobre raça ariana de seu povo misturando-a com a raça judaica. Pois você deve saber que o sangue judeu é eterno, imprimindo a marca judaica no corpo e na alma até as gerações mais distantes” (FRITSCH, 1892, p. 247). Nietzsche claramente se distanciava de Fritsch (ZUMBINI, 2003, p. 449-462), mas o fato de ele ter proposto o cultivo seletivo entre judias e oficiais prussianos de alta patente, que ele considerava “tipos firmemente definidos da nova germanidade” (BM 251), não é simplesmente, como afirma uma comentadora, um exemplo de que ele tinha opiniões “contrárias às opiniões de seus contemporâneos” (SCOTT, 2003, p. 68). Ao contrário, ele parece estar se referindo à observação de Bismark de que se deveria juntar “garanhões cristãos de criação (*Zucht*) alemã com éguas judias” (BUSCH, 1878 II, p. 218).

Nietzsche, obviamente, não se perguntou sobre o que as mulheres judias poderiam pensar da ideia de serem acasaladas com oficiais prussianos. Ele se considerava um “anti-antisemita” (YOVEL, 1998, p. 119-138), mas mesmo quando criticava a demonização dos judeus o seu argumento era ambivalente. Ele escreve: “É certo que os judeus, se quisessem – ou se fossem forçados, como os antisemitas parecem querer – mesmo agora *poderiam* ter a preponderância, na verdade, literalmente, o domínio sobre a Europa: que eles *não* estão empenhados nisso nem planejando isso é igualmente certo” (BM 251). Aqui parece que o fracasso dos judeus em usar a própria força também era um julgamento negativo sobre eles, se encarado em termos nietzschianos.

O fato de Nietzsche parecer em alguns momentos defender a miscigenação e, em outros, desencorajá-la, é menos surpreendente quando considerado em seu contexto histórico, especialmente se lembrarmos a maneira como Joseph-Arthur Comte de Gobineau, em seu *Essai sur l'inégalité des races humaines* [*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*], via a mistura de raças, tanto como uma pré-condição para a civilização quanto como a causa de seu eventual declínio (GOBINEAU, 1983, pp. 151, 227). Na verdade, entretanto, apesar da insistência de alguns dos primeiros leitores de Nietzsche (RICHTER, 1911, p. 220), não há evidências inequívocas de que Nietzsche tenha estudado Gobineau ou repetido suas posições em particular (SCHANK, 2000, p. 426-441). Nietzsche enxergava um papel para a miscigenação na Europa e a defendia em nome do cultivo seletivo. A inspiração de Nietzsche para isso não era Gobineau, mas Francis Galton, que em seu *Inquiries into Human Faculty and Its Development* (*Investigações sobre a faculdade humana e seu desenvolvimento*) defendia a mistura como o único meio de garantir o aprimoramento de uma raça (GALTON, 1883, p. 305-307). Nietzsche ficou tão impressionado com o livro de Galton que, depois de receber uma cópia no outono de 1883 de Josef Paneth, um cientista vienense (KRUMMEL, 1988, p. 489), encontrou a esposa de um velho pastor americano que, durante um longo período, traduziria o livro para ele duas horas por dia (HAASE, 1989, p. 634). Ele também conhecia a resenha de Henry Holland sobre o livro de Galton, que destaca sua aplicação às relações entre as raças

(HOLLAND, 1883, p. 450–451). Nietzsche pode não ter conseguido ler por conta própria o ensaio de Galton intitulado “Talento e Caráter Hereditários”, mas talvez Paneth tenha lhe contado sobre o processo de seleção da nobreza inglesa descrito no ensaio (GALTON, 1865, p. 165). Um indício da discussão de Galton pode ser percebido em “Incursões de um extemporâneo”, de Nietzsche, na obra *Crepúsculo dos Ídolos*: “Até mesmo a beleza de uma raça ou família, a graça e a bondade em todos os seus gestos, foram trabalhadas: a beleza, assim como o gênio, é o resultado final do trabalho acumulado de gerações” (CI, Considerações de um extemporâneo 47).

Não foi a rejeição de Darwin por Nietzsche que o distanciou das teorias raciais dos antissemitas, como sugere um comentador (JOHNSON, 2010, p. 118). É mais correto afirmar que foi depois que Nietzsche rejeitou a teoria evolutiva de Darwin que ele se comprometeu cada vez mais abertamente com a eugenia (GAYON, 1999, p. 173). De fato, Nietzsche estava interessado na questão do cultivo seletivo antes de se familiarizar com Galton. Em 1876 ele previa – embora sem defender – que em algum futuro distante veríamos a “extinção [*Aussterben*] das raças ruins” e o cultivo seletivo de raças melhores (FP 1876, 19[79]). Um ano depois, ele defende a expansão do conceito de “aborto espontâneo” como forma de evitar a propagação de deformidades (FP 1876–1877, 23[59]), uma atitude que se reflete em 1882 na obra *A gaia ciência*, na qual ele parece defender a morte de bebês com malformação (GC 73; ver também os fragmentos do verão, do outono e de setembro-outubro de 1888 [grupos 20, 21 e 22]). Em uma nota de 1880 ele escreve, no contexto de uma discussão sobre “a melhoria da raça”, que “a extinção de muitos tipos (*Arten*) de seres humanos é tão desejável quanto qualquer reprodução” (FP 1880, 5[38]).

Essas observações dos cadernos de nota de Nietzsche devem ser lidas com cuidado, mas mostram, até mesmo para o leitor mais generoso e simpático, que ele tinha um interesse de longa data em programas de cultivo seletivo para humanos, estava totalmente ciente de seus perigos e não enxergava nenhum motivo para se manifestar contra eles (STIEGLER, 2001, p. 114–122; para uma visão alternativa, consulte MIYASAKI, 2015). A questão de saber se a civilização moderna estava atrapalhando o trabalho da seleção natural e permitindo que os chamados inaptos vivessem e se reproduzissem, de modo que seria necessário recorrer à seleção artificial, foi amplamente discutida nessa época. Assim, por exemplo, em edições tardias de sua *History of Creation (História da criação)*, publicada pela primeira vez em 1868, Ernst Haeckel defendia a sentença de morte para todos os criminosos incorrigíveis como um benefício para a maior parte da humanidade. Isso colocaria em movimento um processo de seleção artificial que impediria que os párias e degenerados transmitissem suas qualidades nocivas por meio da hereditariedade. Haeckel chamou isso de “seleção médica” ou “cultivo seletivo médico” (*medizinischen Züchtung*) (HAECKEL, 1870, p. 155). A familiaridade com os debates em andamento conduzidos pelos contemporâneos de Nietzsche torna impossível explicar seus próprios comentários sobre esses tópicos em termos de simples “retórica descuidada” (CONWAY, 2002, p. 168).

Conway adverte, com razão, contra o uso do termo *Züchtung* (cultivo seletivo) como “um sinônimo displicente para ‘cultivo’ ou ‘aculturação’”

(CONWAY, 2002, p. 180; também GAYON, 1999, p. 173-174). Nietzsche frequentemente usava a palavra para descrever o cultivo seletivo, no sentido de seleção artificial. No entanto, na tradução mais recente de *Além do bem e do mal*, essa palavra e seus cognatos são mais frequentemente traduzidos como “cultivo” (BM 188, 203, 242, 251, 262), a despeito do fato de que Nietzsche tinha a palavra *Cultivirung* na palma da mão quando precisava dela (BM 239). É verdade que o termo é notoriamente ambíguo (MOORE, 2002, p. 162), mas a tentativa por parte dos defensores de Nietzsche de traduzir suas observações sobre raça e cultivo seletivo em termos de observações sobre cultura e cultivo é falaciosa. Essa estratégia consegue ocultar aquilo que, da perspectiva do século XXI, poderíamos chamar de componente racial da teorização de Nietzsche e negligencia o fato de que o que tornou o racismo tão difundido no século XIX foi o entrelaçamento entre o natural e o moral.

O que a “eugenia” oferecia ao século XIX era a ideia de que o cultivo seletivo doméstico poderia funcionar para os seres humanos como a criação de animais funcionou para os animais domésticos. Como explica Galton: “a influência do homem sobre a natureza de sua própria raça já foi muito grande, mas não foi direcionada de forma inteligente” (GALTON, 1883, p. 200). Nietzsche compartilhava essas visões e as repetiu em uma nota escrita em algum momento entre abril e junho de 1885. Ao comentar sobre a maneira como a moral e as religiões são os principais meios pelos quais se pode moldar os seres humanos para serem o que se quer que eles sejam, Nietzsche escreve que “nada me parece ser mais essencial do que estudar as *leis do cultivo seletivo*, de modo a não perder novamente uma grande quantidade de força graças a uniões e modos de vida disfuncionais [*unzweckmässig*]” (FP 1885 34[176]). A centralidade do cultivo seletivo na filosofia de Nietzsche é evidente em *O anticristo*, de 1888: “O problema que estou colocando não diz respeito ao que deve substituir a humanidade na ordem dos seres (o homem é um *ponto final*): mas, em vez disso, que tipo de homem deve ser *cultivado*, deve ser *desejado* como tendo maior valor, como sendo mais merecedor de vida, como tendo mais certeza de um futuro” (AC 3). A resposta de Nietzsche a essa pergunta, que era dirigida contra a moral reinante em matéria de cultivo seletivo, segundo a qual “toda variação deve ser evitada” (FP 1885, 35[20]), era a de promover “o cultivo seletivo de uma *raça mais forte*, uma raça cujo excedente estaria precisamente nas áreas em que a espécie decadente estivesse se tornando cada vez mais fraca (vontade, responsabilidade, autoconfiança, capacidade de estabelecer metas para si mesma)” (FP 1887, 9[153]). Nesse sentido, Nietzsche declara que sua preocupação é com “o problema da hierarquização entre os tipos humanos que sempre existiram e sempre existirão” (FP 1888, 15[120]). O meio de enfrentar esse problema era a regulação do casamento (ZA I, Dos filhos e do matrimônio; A 150).

Nietzsche insistia que o casamento não dizia respeito ao amor, mas ao “cultivo seletivo de uma raça” (FP 1886, 4[6]). Embora ele próprio fosse solteiro, propôs que os solteiros fossem penalizados com a prestação de serviço militar adicional, enquanto os pais que têm vários filhos homens deveriam ser recompensados com [o direito a] uma maior quantidade de votos. Isso pelo fato

de o casamento ser “uma questão de interesse da comunidade” (FP 1888, 16[35]).

Os comentários de Nietzsche sobre o colonialismo e a escravidão

Por fim, passo àquelas considerações de Nietzsche que, com relativamente poucas exceções, não têm ocupado o foco principal da literatura secundária: em primeiro lugar sobre os africanos (PRESTON, 1997; GOODING-WILLIAMS, 2006) e, em seguida, a respeito do seu apoio a um colonialismo predatório por parte dos europeus (HOLUB, 1998, p. 42-43; BAMFORD, 2014). Em *Genealogia da moral*, ele apresenta os africanos como primitivos e menos suscetíveis à dor (GM II 7). Por volta da mesma época, 1887, Nietzsche mostra que longe de questionar a presença dos europeus na África, ele apoia o uso da crueldade como forma de manter o domínio sobre os africanos. Ele escreve em um de seus cadernos: “Torna-se bastante óbvio, na prática, os meios que se deve empregar com os povos selvagens, e que os meios ‘bárbaros’ não são opcionais e arbitrários se alguém, com todos os seus pudores europeus, for transplantado para o Congo ou para outro lugar e precisar manter o domínio sobre os bárbaros” (FP 1887, 10[29]). A particularidade da referência ao Congo exclui a maior parte das estratégias que os defensores de Nietzsche frequentemente empregam para amenizar o impacto de seus comentários. Essa afirmação é realizada muito cedo para ser vista como um endosso ao “estado de escravidão” (MOREL, 1903) ao qual o Congo seria submetido sob o domínio violento de Leopoldo, mas é uma referência clara à cessão de uma grande parte do Congo a Leopoldo em 1885, na Conferência de Berlim ou do Congo.

A escravização dos africanos ainda era uma questão proeminente na época em que Nietzsche escrevia. Ela foi debatida pelas potências europeias, por exemplo, na Conferência de Berlim de 1884-1885 (GAVIN & BETLEY, 1973, p. 292). Embora às vezes Nietzsche tenha usado a palavra “escravidão” em um sentido muito amplo, há outras ocasiões em que suas observações sobre o tema não podem ser simplesmente descartadas como metafóricas (BRENNAN, 2011; LOSURDO, 2012, p. 380-394). No outono de 1887, no ano anterior à abolição da escravidão no Brasil, Nietzsche escreve em seu caderno de notas, sob o título “Moral na avaliação de raças e classes”: “‘Abolição da escravidão’ – supostamente um tributo à ‘dignidade humana’, na verdade a *aniquilação* de uma espécie fundamentalmente diferente (do enfraquecimento de seus valores e de sua felicidade)” (FP 1887, 9[173]). Embora a referência a uma espécie diferente não pareça ter algo a ver com a ideia de poligênese, ela mostra que Nietzsche via a abolição da escravidão racial não como um ganho, mas em termos de perda para um povo que, por ter sido tão maltratado e explorado, formava uma categoria à parte. Ainda que Nietzsche também tenha usado a expressão *Aufhebung der Sklaverei* (abolição da escravidão) em outro contexto (NIETZSCHE, 1995: 246), em vez de *Abschaffung der Sklaverei*, que era uma forma equivalente, porém mais comum de se referir à abolição da escravidão em alemão, seu uso aqui sugere que ele pode ter tido em mente o panfleto *Die Aufhebung der Sklaverei durch das Christentum* (A abolição da escravidão através do

cristianismo) de Adolf Röttcher, que acabara de ser publicado (RÖTTSCHER, 1887). Mas essa referência não é necessária para frisar este ponto.

Na primavera de 1884, em uma de suas polêmicas contra o cristianismo e a Revolução Francesa, Nietzsche faz uma referência desdenhosa à obra *Uncle Tom's Cabin* (*A Cabana do Pai Tomás*), de Harriet Beecher Stowe, um dos textos abolicionistas mais conhecidos na Alemanha, que apareceu em tradução de 1853, apenas um ano após sua publicação nos Estados Unidos. Além disso, já em 1871, logo após o fim da Guerra Civil Americana, Nietzsche sugere que “nós, modernos”, “pereceremos pela falta da escravidão” (CP, O estado grego). A escravidão era fundamental para Nietzsche: “no sentido mais grosseiro e mais refinado da palavra”, a escravidão é “um meio indispensável de disciplina [*Zucht*] espiritual e cultivo seletivo [*Züchtung*]” (BM 188, tradução modificada pelo autor). Desta forma, Nietzsche conseguiu integrar sua defesa da escravidão e o seu racismo contra os negros em sua discussão mais ampla sobre cultivo seletivo que, como demonstrei, era um dos seus interesses filosóficos permanentes.

Conclusão

A leitura hegemônica de Nietzsche hoje tenta marginalizar os aspectos racistas de sua filosofia que foram destacados aqui. Essa não é uma distorção tão flagrante do seu pensamento quanto a encontrada entre os nazistas, mas o silêncio sobre as declarações racistas de Nietzsche e sobre sua obsessão com o cultivo seletivo racializado distorce seu pensamento. Mesmo Kaufmann reconheceu que nenhum filósofo, desde Platão, havia se preocupado tanto com o cultivo seletivo, “embora Nietzsche talvez tenha sido mais explícito ao enfatizar a função do espírito na hereditariedade, para a qual citou Lamarck” (KAUFMANN, 1950, p. 268). Apesar de todas as suas lacunas, que em parte são consequência do fato de Kaufmann não ter à sua disposição uma edição crítica adequada da obra de Nietzsche, sua interpretação não foi tão longe quanto a dos nietzschianos contemporâneos no intuito de minimizar a “estranha preocupação de Nietzsche com o cultivo seletivo” (KAUFMANN, 1950, p. 268). De fato, mais estranho do que o interesse de Nietzsche pelo cultivo seletivo humano, que surgiu do seu interesse pela biologia e a filologia de seu tempo, é a falta de interesse dos estudiosos contemporâneos de Nietzsche em relação a esse aspecto de sua filosofia. Mostrei, aqui, que algumas das estratégias empregadas pelos filósofos no intuito de descartar os problemas advindos desse aspecto do seu pensamento não se sustentam. O fato de um filósofo canônico ter apoiado a escravização de africanos muito tempo depois de a maioria das pessoas civilizadas ter rejeitado a ideia não deve passar despercebido quando pode ser vinculado a um tema central de sua filosofia. É evidente que ainda há muito trabalho a ser feito nessa área, mas, ao fazê-lo, os filósofos que defendem a importância filosófica de Nietzsche devem tentar evitar a tentação de se entregar a um desejo ilusório onde o que se requer é o conhecimento da história do racismo.

Referências Bibliográficas

AMMON, O. **Die Gesellschaftsordnung und ihre natürlichen Grundlagen**. Jena, Germany: Gustav Fischer, 1895.

ASCHHEIM, S. **The Nietzsche Legacy in Germany 1890–1990**. Berkeley: University of California Press, 1992.

BAMFORD, R. “The Liberatory Limits of Nietzsche’s Colonial Imagination in Dawn.” In: **Nietzsche as Political Philosopher**, edited by M. Knoll and B. Stocker, 59–76. Berlin: Walter de Gruyter, 2014.

BATAILLE, G. **On Nietzsche**. New York: Paragon, 1992.

BERNASCONI, R. “The Philosophy of Race in the Nineteenth Century.” In: **The Routledge Companion to Nineteenth Century Philosophy**, edited by Dean Moyar, 498–521. London: Routledge, 2010.

BRENNAN, T. “Borrowed Light: Nietzsche and the Colonies.” In: **German Colonialism**, 3–28. New York: Columbia University Press, 2011.

BUSCH, M. **Graf Bismark und seine Leute**. 2 vols. Leipzig: Grunow, 1878.

CANCIK, H. “Mongols, Semites, and the Pure-Bred Greeks.” In: **Nietzsche and Jewish Culture**, edited by J. Golomb, 55–75. London: Routledge, 1997.

CHAMBERLAIN, H. S. **Die Grundlagen des neunzehnten Jahrhunderts**. Munich: F. Bruckmann, 1899.

CONWAY, D. “‘The Great Play and Fight of Forces’: Nietzsche on Race.” In: **Philosophers on Race**, edited by J. Ward and T. Lott, 167–194. Oxford: Blackwell, 2002.

FRITSCH, T. **Antisemiten-Katechismus. Eine Zusammenstellung des wichtigsten Materials zum Verständniss der Judenfrage, siebzehnte vermehrte Auflage**. Leipzig: Theodor Fritsch, 1892.

GALINDO, M. Z. **Triumph des Willens zur Macht**. Hamburg: Argument, 1995.

GALTON, F. “Hereditary Talent and Character.” **Macmillan’s Magazine** 12: 157–166, 318–327, 1865.

GALTON, F. **Inquiries into Human Faculty and Its Development**. London: Macmillan, 1883.

GAVIN, R. J., and J. A. BETLEY. **The Scramble for Africa. Documents on the Berlin West African Conference and Related Subjects, 1884/1885.** Nigeria: Ibadan University, 1973.

GAYON, J. "Nietzsche and Darwin." In: **Biology and the Foundation of Ethics**, edited by Jane Maienschein and Michael Ruse, 154–197. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

GOBINEAU, Joseph-Arthur Comte de. "Essai sur l'inégalité des races humaines." In: **Oeuvres**, Vol. 1, 133–1166. Paris: Gallimard, 1983.

GOODING-WILLIAMS, R. "Supposing Nietzsche to be Black—What Then?" In: **Look, A Negro!**, 129–137. New York: Routledge, 2006.

HAASE, M-L. "Friedrich Nietzsche liest Francis Galton." **Nietzsche-Studien** 18: 633–658, 1989.

HAECKEL, E. **Natürliche Schöpfungsgeschichte.** Berlin: Georg Reimer, 1870.

HOLLAND, H. W. "Hereditry." **The Atlantic Monthly** 447–453, 1883.

HOLUB, R. "Nietzsche's Colonialist Imagination." In: **The Imperialist Imagination**, edited by S. Friedrichsmeyer, S. Lennox, and S. Zantorp, 33–49. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1998.

JOHNSON, D. **Nietzsche's Anti-Darwinism.** Cambridge: Cambridge University Press. Kaufmann, W. (1950). *Nietzsche*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2010.

KOFMAN, S. "Contempt of/for the Jews." Translated by T. Strong. **New Nietzsche Studies** 7 (3–4): 7–39, 2007–2008.

KRUMMEL, R. F. "Josef Paneth über seine Begegnung mit Nietzsche in der Zarathustra- Zeit." **Nietzsche Studien** 17: 478–495, 1988.

LAMARCK, J-B. **Zoological Philosophy.** Translated by H. Elliot. Chicago: University of Chicago Press, 1984.

LOSURDO, D. **Nietzsche der aristokratische Rebell.** Hamburg: Argument, 2012.

MANIAS, C. "The Race prussienne Controversy. Scientific Internationalism and the Nation." **Isis** 100: 733–757, 2009.

MISSAC, P. "Nietzsche et le Racisme." **La Grande Revue** 37 (3): 31–39, 1933.

MIYASAKI, D. "Nietzsche's Naturalist Morality of Breeding." In: **Nietzsche and the Becoming of Life**, edited by V. Lemm, 194–213. New York: Fordham University Press, 2015.

MOORE, G. **Nietzsche, Biology and Metaphor**. Cambridge: Cambridge University Press.

MOREL, E. (1903). *The Congo Slave State*. Liverpool: John Richardson, 2002.

NIETZSCHE, F. **Sämtliche Werke. Kritische Studienausgabe**. 15 vols. Edited by G. Colli and M. Montinari. Berlin: Walter de Gruyter, 1980.

NIETZSCHE, F. **Human, All Too Human I**. Translated by G. Handwerk. Stanford, CA: Stanford University Press, 1995.

NIETZSCHE, F. **The Gay Science**. Translated by J. Nauckhoff. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

NIETZSCHE, F. **Writings from the Late Notebooks**. Translated by K. Sturge. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

NIETZSCHE, F. **The Anti-Christ, Ecce Homo, the Twilight of the Idols: and Other Writings**. Translated by Aaron Ridley. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

NIETZSCHE, F. **Thus Spoke Zarathustra**. Translated by Adrian del Caro. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

NIETZSCHE, F. **Political Writings of Friedrich Nietzsche**. Edited by F. Cameron and D. Dombosky. New York: Palgrave Macmillan, 2008.

NIETZSCHE, F. **Dawn. Thoughts on the Presumption of Morality**. Translated by Brittain Smith. Stanford, CA: Stanford University Press, 2011.

NIETZSCHE, F. **Beyond Good and Evil/ On the Genealogy of Morality**. Translated by A. Del Caro. Stanford, CA: Stanford University Press, 2014.

PRESTON, W. "Nietzsche on Blacks." In: **Existence in Black**, edited by L. Gordon, 165–172. London: Routledge, 1997.

RICHTER, C. **Nietzsche et les theories biologiques contemporaines**. Paris: Mercure de France, 1911.

RÖTTSCHER, A. **Die Aufhebung der Sklaverei durch das Christentum im ost- und weströmischen Reiche**. Frankfurter zeitgem. Broschüren, N. F. VIII, 10, 1887.

SCHANK, G. **“Rasse” und Züchtung” bei Nietzsche**. Berlin: Walter de Gruyter, 2000.

SCHANK, G. “Nietzsche’s ‘Blond Beast.’ On the Recuperation of a Nietzschean Metaphor.” In: ***A Nietzschean Bestiary***, edited by C. and R. Acampara, 140–155. Lanham, MD: Lexington Books, 2004.

SCOTT, J. “On the Use and Abuse of Race in Philosophy.” In: **Race and Racism in Continental Philosophy**, edited by R. Bernasconi, 53–73. Bloomington: Indiana University Press, 2003.

STIEGLER, B. **Nietzsche et la biologie**. Paris: Presses Universitaires de France, 2001.

STONE, D. **Breeding Superman**. Liverpool: University of Liverpool Press, 2002.

UNESCO. **Four Statements on Race**. Paris: UNESCO, 1971.

VAN TONGEREN, P. J. M. “Nietzsche’s Naturalism.” In: **Nietzsche and the German Tradition**, edited by Nicholas Martin, 207–214. Bern, Switzerland: Peter Lang, 2003.

VIRCHOW, R. **Sämtliche Werke, 45, III. Anthropologie, Ethnologie, und Urgeschichte**. Hildesheim, Germany: Georg Olms, 2009.

WINCHESTER, J. “Nietzsche’s Racial Profiling.” In: **Race and Racism in Modern Philosophy**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2005.

YOVEL, Y. **Dark Riddle: Hegel, Nietzsche and the Jews**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1998.

ZIMMERMAN, A. **Anthropology and Antihumanism in Imperial Germany**. Chicago: University of Chicago Press, 2001.

ZUMBINI, M. **Die Wurzeln des Bösen**. Frankfurt: Klostermann, 2003.